

A década e o lustro ESTADO DE SÃO PAULO

A “década perdida” pegou como descrição da estagnação da economia nos anos 80. Como rótulo, descreve mal o conteúdo. Na média, o País encaixou, mas, como é enorme e diversificado, houve quem escapasse do marasmo. Cresceu, por exemplo, a agroindústria, a mineração e, na sua esteira, o interior do País. Cresceram também as exportações e mesmo quem não evoluiu na “economia formal” refugiou-se na “informal” ou “invisível”. Pode-se sintetizar essas megatendências dizendo que crescemos para o norte, para o oeste, para fora e para o “invisível”.

Estamos chegando a 1994 e, contando desde 1990, vamos registrar mais um quinquênio perdido, que também esconde ganhadores, como a mesma agroindústria e os shopping centers. Nos livros de História, usa-se lustro como sinônimo de quinquênio e, assim, o período da dobradinha Collor-Itamar vai terminar melancolicamente, somando um lustro à década, ambos perdidos. Para destacar esse período de 15 anos, pensamos numa metáfora com debutantes, mas a feiura e as rugas da crise não a justificam e tampouco há clima de festa.

Ao contrário, o momento é de reflexão e purgatório dos pecados. Costuma sobrar para os economistas, mas devolvemos a bola para os políticos e para os demais que cuidam da ordem institucional e jurídica. Estamos diante de um problema grave, de má gestão das finanças públicas, impulsionada por projetos políticos pessoais e irresponsáveis, nos quais se pensa em tudo, menos nas conveniências do



Só o engenho e a arte na política podem nos livrar da estagflação

País. Isso levou a um setor público em concordata, com um déficit público crônico. Este, quando não financiado pela forma mais irresponsável, inflacionária, antidemocrática e socialmente iníqua, a emissão monetária, o foi por uma dívida que, em face da desconfiança no devedor, é rolada a curtíssimo prazo, pagando-se juros altíssimos, típicos de um concordatário de alto risco. A lembrança e o receio de calotes e traumas na economia

geram incertezas que destimulam os investimentos, a economia não cresce e a inflação torna-se irmã siamesa da estagnação, na figura disforme da estagflação. Sucedem-se os planos e os ministros que fracassam, não tanto por incompetência, mas sobretudo porque é desastrosa a engenharia político-institucional de sustentação dos planos. Muitos ministros da área econômica ou membros de suas equipes estudaram no Exterior e não foram piores alunos do que seus colegas que hoje acumulam sucessos na Argentina, no Chile e no México. Os títulos de PhD vêm das mesmas escolas, mas aqui significam também um outro título, o de “por hoje, desempregado”, depois de um naufrágio em Brasília.

A saída da concordata passa necessariamente por aumento de impostos ou corte de gastos, renegociação de dívidas, limitação e recuperação de créditos, venda de empresas estatais para liquidação de dívidas, e por aí afora. Mas todo mundo joga contra, às vezes começando pelo próprio presidente e, abaixo dele, ministros, dirigentes e funcionários de estatais, senado-

res, deputados, governadores, prefeitos, vereadores, funcionários públicos, empresários, trabalhadores, e tudo o mais. São medidas impopulares, mas doenças crônicas e críticas não se tratam com passagens indolores por ambulatórios. Exigem internação, cirurgia e UTI. Dores serão inevitáveis e difícil a convalescença.

Não temos, entretanto, um arcabouço político-institucional que, em condições democráticas, permita alcançar soluções impopulares, mas que se impõem porque coletivamente racionais e porque não há alternativas. Com o Plano FHC — bom para o início, mas não para o fim de um governo, principalmente o deste —, vamos ter, sem grandes chances de sucesso, mais uma tentativa de uma solução racional. Se não der certo, haverá uma nova chance com o novo presidente. Se

fracassar, vai ser difícil segurar mais um lustro neste impasse. A coisa vai ficar mais opaca do que já está, aumentando enormemente o risco de uma solução de força ou precipitada por uma crise, esta também podendo levar àquela. Está na mão dos políticos, dos que fazem leis e as interpretam e aplicam, tomar as decisões e fazer funcionar instituições que conduzam à saída da concordata do Estado. Os economistas são meros coadjuvantes desse processo e naufragam porque se vive na ilusão de que têm um poder que de fato não possuem, nem devem ter numa sociedade democrática. Só o engenho e arte na área político-institucional podem nos livrar da estagflação.

■ Roberto Macedo é professor da FEA-USP, pesquisador da Fipe e do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial.

